## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Da Sra. Caroline De Toni e outros)

Requer esclarecimentos à Ministra da Cultura, Sra. Margareth Menezes, acerca das contratações dos seus shows artísticos pagos com recursos públicos.

Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam prestadas pela Excelentíssima Senhora Ministra da Cultura, a seguintes informações além das que julgar importantes para esclarecimento do uso de verbas públicas:

- Apresentar de forma detalhada quais contratos foram firmados para apresentações artísticas realizadas após sua nomeação, indicando:

   a) datas e locais das apresentações; b) valores recebidos; c) fontes de custeio específicos das verbas públicas utilizadas, discriminando se são oriundas de prefeituras, governos estaduais ou governo federal.
- Informar se houve manifestação formal da Comissão de Ética Pública da Presidência da República autorizando a participação remunerada de Vossa Excelência nesses eventos; em caso afirmativo, fornecer cópia integral das referidas manifestações ou pareceres.
- 3. Esclarecer se as contratações foram realizadas por meio de empresas das quais a Ministra seja sócia ou tenha participação; em caso afirmativo, especificar o papel dessas empresas nos contratos firmados e se não julga haver conflitos de interesse.
- Indicar se houve, desde 2023, o repasse a qualquer título (emendas, convênios, Lei Rouanet) de valores do Ministério da Cultura para os







## seguintes entes:

- Município de Porto Seguro BA;
- Município João Pessoa PB;
- Município do Rio de Janeiro RJ;
- Município de Salvador BA;
- Município de Fortaleza CE; e
- Estado da Bahia.

Em caso afirmativo, indicar os valores repassados, a natureza e o objeto a que foram destinados, bem como se já houve execução e pagamento.

## **JUSTIFICATIVA**

Recentemente, diversas reportagens informaram que a Ministra da Cultura, Margareth Menezes, recebeu cachês pagos com verbas públicas para apresentações durante o Carnaval de 2025. "As prefeituras de Salvador e Fortaleza contrataram a artista por um total de R\$ 640 mil. Em Salvador, o cachê foi de R\$ 290 mil, enquanto em Fortaleza o valor foi de R\$ 350 mil".

Consultado pela Ministra, o Conselho de Ética da Presidência da República, nos autos do Processo nº 00191.000085/2023-21 e do Processo nº 00191.000140/2023-82, em que pese o Colegiado ter deliberado no sentido de não existir conflito de interesse entre o desempenho do Cargo Público e sua atividade artística, assim se manifestou:

"Autorização para o desempenho das atividades artísticas já contratados apenas em caráter extraordinário e em observância aos horários compatíveis com o exercício da função pública. Dever de assegurar a lisura na atuação em compromissos privados. Vedação de ser remunerada com verbas originadas dos entes públicos em eventuais contratações futuras, utilizando os mecanismos federais de incentivo à cultura, tais como projetos aprovados com base na Lei Rouanet (Lei nº 8.313/94) e demais Leis de Incentivo à Cultura (Lei Paulo Gustavo; Lei Aldir Blanc e etc.). "Processo nº 00191.000140/2023-82 (grifo nosso)

Ao que tudo indica, há indícios de que a Ministra sabia da impossibilidade de recebimento de recursos públicos diante das duas consultas





realizadas à Comissão de Ética Pública ainda em 2023, conforme explicitado no parágrafo anterior.

Por óbvio, para além da grave imoralidade envolvida, a participação de uma Ministra de Estado em eventos custeados com verbas públicas, no mínimo, suscita questionamentos sobre a observância dos demais princípios constitucionais, especialmente no que se refere à legalidade, à publicidade e um possível desvio de conduta.

Lembro, ainda, que a Lei nº 12.527/2011 – LAI, assegura ao cidadão o direito de obter informações sobre a gestão pública, promovendo a transparência e possibilitando o controle social; portanto, os esclarecimentos sobre a origem das verbas públicas utilizadas nos referidos eventos e o posicionamento da Comissão de Ética Pública são essenciais para garantir a transparência das ações governamentais.

A solicitação de informações detalhadas sobre os contratos firmados para tais apresentações artísticas, incluindo valores, datas, locais e fontes das verbas públicas, é uma medida necessária para o exercício pleno da função fiscalizadora desta Parlamentar.

Diante do exposto e da repercussão pública acerca do tema, a fim de resgatar a confiança nas instituições públicas e na condução ética de seus representantes, é que requeiro respostas aos questionamentos apresentados.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_ de 2025.

Deputada Caroline De Toni
Partido Liberal/SC





Apresentação: 18/03/2025 09:34:29.660 - Mesa





<sup>&</sup>lt;sup>i</sup> https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/margareth-shows-carnaval

ii https://www.gov.br/planalto/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/etica-publica/reunioes-de-colegiado/Notas-Publicas-e-Extrato-de-Atas/extratos-da-ata-e-notas-publicas-de-2023/extrato-da-ata-2023/extrato-da-ata-da-248a-reuniao-ordinaria-realizada-em-28-de-fevereiro-de-2023

## Requerimento de Informação (Da Sra. Caroline de Toni)

Requer esclarecimentos à Ministra da Cultura, Sra. Margareth Menezes, acerca das contratações dos seus shows artísticos pagos com recursos públicos.

Assinaram eletronicamente o documento CD253481984800, nesta ordem:

- 1 Dep. Caroline de Toni (PL/SC)
- 2 Dep. André Fernandes (PL/CE)
- 3 Dep. Chris Tonietto (PL/RJ)
- 4 Dep. Bia Kicis (PL/DF)
- 5 Dep. Carlos Jordy (PL/RJ)

